



CIMBOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

**INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE
NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007**

**Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Capital Social: 672.000.000 €
Número Único de Pessoa Colectiva e Conservatória do Registo Comercial de
Lisboa: 500 722 900**

INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A ACTIVIDADE NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007

SUMÁRIO:

- **Relatório de Gestão Sobre a Actividade no 1º Semestre de 2007**
- **Balanços**
- **Demonstrações dos Resultados**
- **Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Anexo**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa

Capital Social: 672.000.000 €

Número Único de Pessoa Colectiva e Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 500 722 900

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2007

(Conforme previsto no n.º 3 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, as informações financeiras semestrais constantes do presente Relatório não foram sujeitas a auditoria externa ou a revisão limitada)

1. Introdução

O presente relatório aborda a actividade e as contas, relativas ao primeiro semestre de 2007, da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., na sua forma individual, apresentando-se em relatório separado a informação correspondente à actividade e às contas consolidadas.

Tendo em atenção o contexto macroeconómico envolvente, a Sociedade-mãe do Grupo CIMPOR, no exercício do seu objecto social, promoveu e coordenou a actividade das diferentes empresas do Grupo, de acordo com os respectivos Planos de Actividades e Orçamentos de Exploração, visando a prossecução dos objectivos estabelecidos no âmbito da sua política continuada de permanente criação de valor.

2. Evolução Económico-Financeira

A Demonstração de Resultados, evidenciando os lucros e prejuízos imputáveis às participações nas empresas do Grupo e associadas, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 9/92, apresenta, no primeiro semestre de 2007, um Resultado Líquido de aproximadamente 116 milhões de euros, superior em 9,5% ao verificado no período homólogo do ano anterior.

Os proveitos relativos a prestações de serviços de administração e gestão a empresas do Grupo cifraram-se em 2,44 milhões de euros, cobrindo cerca de 41% dos *cash costs* associados ao fornecimento desses serviços e à gestão global do Grupo (num total de perto de 6,0 milhões de euros).

Os Resultados Financeiros – no montante de 119,8 milhões de euros (mais 10,6% que o valor obtido no período homólogo do ano anterior) – reflectem, essencialmente, os ganhos e perdas em sociedades participadas, relevados de acordo com o método de equivalência patrimonial, os quais se situaram, em termos líquidos, em cerca de 118,8 milhões de euros (mais 9,5% que no primeiro semestre de 2006).

Em relação ao final do ano transacto, o total do Activo (líquido) registou um decréscimo de aproximadamente 4,5%, sendo agora de 1.426 milhões de euros. Apesar da distribuição de perto de 144 milhões de euros de dividendos, os Capitais Próprios – no valor de 1.248

milhões de euros – aumentaram cerca de 4,0%.

3. Acções

A 30 de Junho de 2007, o capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontrava-se representado por 672.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada, todas elas admitidas à negociação na Euronext Lisboa. No decorrer deste primeiro semestre, o número de acções transaccionadas (não incluindo operações “fora de bolsa”) totalizou cerca de 196,7 milhões (mais 75% que no mesmo período do ano anterior), num valor de perto de 1,3 mil milhões de euros.

No final do semestre, a cotação do título era de 6,99 euros, reflectindo uma valorização acumulada de 11,1%, apesar do valor do dividendo entretanto distribuído: 0,215 euros/acção, correspondentes a um *dividend yield* de 3,4% face à última cotação de 2006.

Em 31 de Dezembro do ano transacto, a CIMPOR detinha em carteira 2.766.810 acções próprias, tendo alienado aos seus Colaboradores, nestes primeiros seis meses de 2007, um total de 1.104.700 acções, ao abrigo do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores aprovado para o corrente ano e dos diversos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo actualmente em vigor:

Data	Nº Acções	Preço (EUR)	Nota
14 Março	249.500	3,20	(1)
14 Março	272.970	3,30	(1)
14 Março	214.830	4,05	(1)
17 Maio	128.650	5,03	(2)
25 Maio	238.750	4,90	(3)

(1) Planos de Atribuição de Opções (2004, 2005 e 2006)

(2) Plano de Aquisição de Acções (2007)

(3) Plano de Atribuição de Opções (2007)

Com o intuito de dar continuidade à política de incentivos adoptada pelo Grupo e visando a satisfação dos compromissos decorrentes dos referidos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções, foram entretanto adquiridas um total de 434.982 acções próprias, a um preço médio unitário de aproximadamente 6,23 euros:

Data	Nº Acções	Preço (EUR)
19 Março	10.951	6,02
	30.000	6,04
	16.000	6,05
	10.000	6,06
20 Março	14.000	6,03
	20.000	6,04
	60.000	6,05
21 Março	20.000	6,16
	15.000	6,22
22 Março	20.000	6,25
	20.000	6,29
	20.000	6,31
	20.000	6,33
	20.000	6,34
23 Março	20.000	6,30
	20.041	6,31

26 Março	20.000	6,45
	20.000	6,47
	20.000	6,48
	18.990	6,49
	20.000	6,50

Assim, no final do semestre, o número de acções próprias em carteira era de 2.097.092, correspondente a 0,31% do capital social.

4. Perspectivas da Actividade e Eventos Mais Significativos

A evolução da Sociedade está intimamente ligada ao desenvolvimento que a actividade das suas participadas, directas e indirectas, vier a apresentar. As perspectivas dessa evolução, bem como os principais eventos ocorridos durante e após o final do semestre, encontram-se descritos no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Lisboa, 26 de Setembro de 2007

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Ângulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Não Auditado)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Activo	Notas	Junho 2007		Dezembro 2006		Capital próprio e passivo	Notas	Junho 2007	Dezembro 2006
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						Capital	40	672.000	672.000
Terrenos e recursos naturais	10 e 13	2.409	-	2.409	2.409	Acções próprias:			
Edifícios e outras construções	10 e 13	8.845	(5.250)	3.595	3.684	Valor nominal	40	(2.097)	(2.767)
Equipamento básico	10 e 13	3.095	(3.061)	34	37	Descontos e prémios	40	(6.172)	(6.528)
Equipamento de transporte	10 e 13	344	(245)	99	51	Ajustamentos de partes de capital em			
Equipamento administrativo	10 e 13	5.341	(5.024)	317	319	Empresas filiais e associadas	40	434.707	210.914
Imobilizações em curso	10	70	-	70	8	Reservas de reavaliação	40	1.832	1.853
		<u>20.104</u>	<u>(13.580)</u>	<u>6.525</u>	<u>6.508</u>	Reserva legal	40	106.900	95.200
						Outras reservas	40	174.822	174.174
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						Resultados transitados	40	(250.036)	(178.008)
Partes capital em empresas do grupo	10 e 16	1.310.419	-	1.310.419	1.266.975	Resultado líquido do período	40	116.104	233.171
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	4.124	(4.051)	73	73	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>1.248.060</u>	<u>1.200.010</u>
		<u>1.314.543</u>	<u>(4.051)</u>	<u>1.310.492</u>	<u>1.267.049</u>				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:						PASSIVO:			
Clientes de cobrança duvidosa	23	3.809	(3.806)	3	3	PROVISÕES:			
Outros accionistas	23	283	(283)	-	-	Provisões para impostos	6 e 34	91.242	87.887
Outros devedores	23	331	(328)	3	4	Outras provisões	34	3.672	3.672
		<u>4.423</u>	<u>(4.417)</u>	<u>7</u>	<u>7</u>			<u>94.913</u>	<u>91.558</u>
CIRCULANTE:						DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:						Dívidas a instituições de crédito	50	-	5.000
Empresas do grupo	16	42.986	-	42.986	30.943				
Adiantamentos a fornecedores		21	-	21	21	DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		3	-	3	3	Dívidas a instituições de crédito	50	5.000	21.782
Estado e outros entes públicos	48	1.365	-	1.365	1.365	Fornecedores conta corrente		557	408
Outros devedores		1.123	-	1.123	747	Empresas do grupo	16	321	108.116
		<u>45.498</u>	<u>-</u>	<u>45.498</u>	<u>33.078</u>	Fornecedores de imobilizado		109	-
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:						Estado e outros entes públicos	48	13.738	9.151
Depósitos bancários		845	-	845	130.252	Outros credores		239	23
								<u>19.964</u>	<u>139.479</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de proveitos	49	70	-	70	85	Acréscimos de custos	49	63.098	56.914
Custos diferidos	49	62.575	-	62.575	55.949	Passivos por impostos diferidos	6 e 13	294	301
Activos por impostos diferidos	6	319	-	319	333			<u>63.392</u>	<u>57.215</u>
		<u>62.964</u>	<u>-</u>	<u>62.964</u>	<u>56.367</u>				
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			<u>(13.580)</u>			TOTAL DO PASSIVO		<u>178.270</u>	<u>293.252</u>
TOTAL DE AJUSTAMENTOS			<u>(8.467)</u>			TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>1.426.330</u>	<u>1.493.261</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>1.448.377</u>	<u>(22.047)</u>	<u>1.426.330</u>	<u>1.493.261</u>				

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007.

O Conselho de Administração

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Ângulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Não Auditado)

(Montantes expressos em milhares de euros)

CUSTOS E PERDAS		Notas	JUNHO 2007	JUNHO 2006	PROVEITOS E GANHOS		Notas	JUNHO 2007	JUNHO 2006
Fornecimentos e serviços externos			1.795	1.885	Prestação de serviços	16 e 44	2.440	2.451	
Custos com o pessoal:					Proveitos suplementares	16	264	258	
Remunerações			3.072	2.791	Reversões de amortizações e ajustamentos	21	27	78	
Encargos sociais			1.038	794	(B)		2.730	336	
Amortizações do imobilizado corpóreo	10		111	116	Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	118.791	109.181	
Provisões	34		3.021	3.150	Outros juros e proveitos similares:				
Impostos			18	19	Relativos a empresas do grupo	16 e 45	2.164	-	
Outros custos e perdas operacionais			43	44	Outros	45	8.020	9.915	
(A)			9.099	8.798	(D)		131.704	121.883	
Perdas em empresas do grupo e associadas	45		29	717	Proveitos e ganhos extraordinários	46	643	43	
Juros e custos similares:									
Relativos a empresas do grupo	16 e 45		487	-					
Outros	45		8.677	10.112					
(C)			18.292	19.627					
Custos e perdas extraordinários	46		216	195					
(E)			18.508	19.822					
Imposto s/rendimento do período	6		(2.265)	(3.915)					
(G)			16.243	15.907					
Resultado líquido do período			116.104	106.019					
			132.348	121.926	(F)		132.348	121.926	

Resultados operacionais:	(B)-(A) =	(6.369)	(6.011)
Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A) =	119.781	108.267
Resultados correntes:	(D)-(C) =	113.412	102.256
Resultados antes de impostos:	(F)-(E) =	113.840	102.104
Resultado líquido do período:	(F)-(G) =	116.104	106.019

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007.

O Conselho de Administração

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Ângulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Não Auditado)

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Junho 2007	Junho 2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		57	96
Pagamentos a fornecedores		(1.836)	(2.805)
Pagamentos ao pessoal		(6.795)	(6.409)
Fluxos gerados pelas operações		(8.575)	(9.118)
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento	1	8.130	15.923
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		3.768	3.353
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		3.323	10.158
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(50)	(50)
Fluxos das actividades operacionais	(1)	3.273	10.108
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	2	7.900	-
Juros e proveitos similares		1.714	3.581
Dividendos	3	145.248	114.770
		154.862	118.351
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(6)
Fluxos das actividades de investimento	(2)	154.862	118.345
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		-	-
Venda de acções próprias		4.053	3.550
Empréstimos relativos a empresas do grupo	4	96.000	-
		100.053	3.550
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(21.782)	(125)
Aquisição de acções próprias		(2.713)	-
Juros e custos similares		(1.746)	(190)
Dividendos		(143.951)	(127.190)
Empréstimos relativos a empresas do grupo	4	(217.400)	-
		(387.591)	(127.505)
Fluxos das actividades de financiamento	(3)	(287.538)	(123.955)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		130.252	916
Efeito das diferenças de câmbio		(4)	(17)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		845	5.397

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007.

O Conselho de Administração

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Léfèvre

Eng. Jean Carlos Ângulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2007

(Valores expressos em milhares de euros)

1. Movimento líquido do imposto sobre o rendimento

O montante recebido respeita aos saldos de imposto sobre o rendimento apurados nas empresas incluídas no regime especial de tributação dos grupos de sociedades, regularizados no semestre findo em 30 de Junho de 2007, líquido do imposto pago.

2. Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

	<u>Valores recebidos no semestre</u>
Venda da participação na Kandmad, Lda	<u>7.900</u>

3. Dividendos recebidos

	<u>Valores recebidos no semestre</u>
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	55.000
Cimpor Inversiones, S.L.	90.248
	<u>145.248</u>

4. Empréstimos concedidos e obtidos relativos a empresas do grupo

	<u>Valores pagos no semestre</u>	<u>Valores recebidos no semestre</u>
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	109.500	96.000
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	54.300	-
Cimpor Investimentos, SGPS, S. A.	53.600	-
	<u>217.400</u>	<u>96.000</u>

5. Outras informações:

Para a necessária compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, acrescenta-se que a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tem como política apoiar financeiramente as empresas suas participadas, para que tenham uma correcta cobertura financeira das suas necessidades, cujos movimentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2007

(Valores expressos em milhares de euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em 26 de Março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto, África do Sul e Cabo Verde ("Grupo Cimpor"), nas áreas de produção e comercialização de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas.

No primeiro semestre de 2007, o Grupo Cimpor expandiu as suas actividades a mais dois países, a Turquia e a China.

A Empresa detém as suas participações financeiras distribuídas, essencialmente, por duas Sub-Holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra, basicamente, as participações nas sociedades da área de negócios de Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, não reflectindo o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos.

Nos termos da legislação em vigor, a Empresa apresenta demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de <u>vida útil</u>		
Edifícios e outras construções	10	-	50
Equipamento básico	7	-	16
Equipamento de transporte	4	-	5
Equipamento administrativo	3	-	14

b) Investimentos financeiros**Participações financeiras em empresas do grupo e associadas**

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método:

- as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é ajustado ao valor proporcional da participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação deste método;
- as participações são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 45) e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital (Nota 40);
- os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Dado que os critérios valorimétricos das filiais e associadas não são necessariamente iguais aos utilizados pela Empresa, sempre que daí resultem diferenças significativas são efectuados os necessários ajustamentos de homogeneização.

Trespases (Goodwill) de aquisição

De acordo com os princípios e critérios contabilísticos aplicáveis às aquisições de partes de capital, os trespases representam as diferenças entre o preço de aquisição dessas partes de capital e a proporção dos capitais próprios adquiridos, após terem sido considerados os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas. Os trespases apurados na aquisição de acréscimos de participação em filiais são amortizados durante o período de vida útil remanescente definido à data de aquisição inicial. Os trespases são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Outros investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de um ajustamento para perdas estimadas na sua realização, quando aplicável, excepto os títulos cotados em bolsa, os quais são valorizados ao justo valor, conforme as disposições da IAS 39.

c) Activos e passivos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no semestre são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas":

- diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na IAS 39.

d) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e assistência na doença

Algumas das empresas do grupo assumiram responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência e responsabilidades decorrentes de regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e de segurança social. Estas responsabilidades são registadas nessas empresas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo a registar nesse período.

Os efeitos dos registos contabilísticos dessas responsabilidades e dos correspondentes custos nas referidas empresas participadas encontram-se reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Empresa tem ao seu serviço empregados com vínculo contratual à Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. ("Cimpor Indústria"), os quais beneficiam do sistema de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência e plano de assistência na doença em vigor naquela empresa participada. Os respectivos custos são suportados pela Empresa e registados como custo com o pessoal.

e) Imposto sobre o rendimento

O montante a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base nos resultados contabilísticos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

f) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de valor do imobilizado, gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados à medida em que os activos imobilizados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

g) Provisões e ajustamentos

As provisões e os ajustamentos são constituídos pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

h) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

i) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, sendo que não são contratados instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas em “Outras reservas” na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados de cobertura de um investimento liquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, à semelhança das coberturas de “cash-flow”, são registadas como “Reserva de conversão cambial” na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como “Reserva de conversão cambial”.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os efeitos patrimoniais da contabilização destes instrumentos nas empresas do Grupo que os contratam, encontram-se reflectidos na rubrica de “Investimentos financeiros – Partes de capital em empresas do grupo”, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

4. CÂMBIOS

As cotações utilizadas para actualização das dívidas activas e passivas em moeda estrangeira, em 30 de Junho de 2007 e 2006, foram as seguintes:

<u>Divisa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
USD	1,3505	1,2713
MAD	11,1811	11,0283
CHF	1,6553	1,5672
BRL	2,6024	2,7829
TND	1,7521	1,679
MZM	35190	32876,2
MZN	35,19	-
GBP	0,674	0,6921
EGP	7,6877	7,3163
ZAR	9,5531	9,1848

6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 1,5%, atingindo, neste caso, uma taxa agregada de 26,5%.

À Empresa e às suas participadas detidas em pelo menos 90%, sedeadas em Portugal e sujeitas ao regime geral de tributação em IRC, à taxa normal mais elevada, aplica-se o regime especial de tributação dos grupos de sociedades – RETGS (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, deduzidos dos dividendos distribuídos, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

Nos termos do artigo 81º do IRC, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. À data deste relatório foram revistas as declarações fiscais da Empresa até ao exercício de 2004, tendo-se iniciado a revisão do exercício de 2005.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 2004, surgiram correcções à matéria tributável e imposto, apuradas ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado vigente até 2000 e posteriormente ao RETGS, que resultaram em imposto adicional e juros liquidados e estimados de aproximadamente 94.000 milhares de euros, sendo as correcções mais significativas relativas ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações do activo imobilizado corpóreo. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas correcções não têm provimento, pelo que as mesmas são objecto de reclamações gratuitas e/ou impugnações judiciais.

O Conselho de Administração entende que as provisões constituídas (Nota 34) reflectem de forma prudente os riscos associados à probabilidade das correcções virem a resultar em desembolsos futuros, estando nelas já incluído uma estimativa para os exercícios ainda não revistos, no montante aproximado de 7.000 milhares de euros.

Adicionalmente, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do imposto, por liquidações adicionais até ao exercício de 2001 ou, por factos tributários que tiveram origem em operações ocorridas até àquela data, e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais podem ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto registado no semestre findo em 30 de Junho de 2007 corresponde essencialmente a:

	<u>Base fiscal</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de imposto	113.840	
Diferenças temporárias	(26)	
Diferenças permanentes	<u>(116.354)</u>	
	<u>(2.541)</u>	
Encargo normal de imposto		(673)
Tributações autónomas		<u>10</u>
		(664)
Imposto diferido por reversão de diferenças temporárias no período		7
Contingências fiscais (Nota 34)		334
Correcção de exercícios anteriores		63
Ajustamento do imposto do grupo fiscal e outros		<u>(2.005)</u>
		<u>(2.265)</u>

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, os efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial e o acréscimo de provisões que nunca serão custo fiscal.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no semestre, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u>
Activos por impostos diferidos:			
Ajustamento de dívidas a receber	313	(14)	299
Provisões	20	-	20
	<u>333</u>	<u>(14)</u>	<u>319</u>
Passivos por impostos diferidos:			
Reavaliações de imobilizações corpóreas (Nota 13)	301	(7)	294
	<u>301</u>	<u>(7)</u>	<u>294</u>

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, a Empresa teve ao seu serviço, em média, 62 empregados, dos quais 47 em regime de cedência pela Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A..

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Reavaliações e ajustamentos	Aumentos	Diminuições	Transferências e abates	
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2.409	-	-	-	-	2.409
Edifícios e outras construções	8.845	-	-	-	-	8.845
Equipamento básico	3.095	-	-	-	-	3.095
Equipamento de transporte	279	-	65	-	-	344
Equipamento administrativo	5.357	-	1	-	(16)	5.341
Imobilizações em curso	8	-	61	-	-	70
	<u>19.993</u>	<u>-</u>	<u>127</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>20.104</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	1.266.975	50.738	-	(7.294)	-	1.310.419
Títulos e outras aplicações financeiras	4.124	-	-	-	-	4.124
	<u>1.271.100</u>	<u>50.738</u>	<u>-</u>	<u>(7.294)</u>	<u>-</u>	<u>1.314.543</u>

Rubricas	Amortizações e ajustamentos			
	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo final
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	5.161	89	-	5.250
Equipamento básico	3.058	3	-	3.061
Equipamento de transporte	229	17	-	245
Equipamento administrativo	5.038	2	(16)	5.024
	<u>13.485</u>	<u>111</u>	<u>(16)</u>	<u>13.580</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	4.051	-	-	4.051

A aplicação do método da equivalência patrimonial, em 30 de Junho de 2007, aos investimentos financeiros em empresas do grupo teve o seguinte impacto:

	Ganhos/ (perdas) em emp.grupo (Nota 45)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Total
Cement Services Company	(29)	(2)	-	(31)
Cimpor Egypt for Cement	-	-	-	-
Cimpor Financial Operations, B.V.	116	-	-	116
Cimpor Inversiones, S.A.	56.004	10.086	(90.248)	(24.157)
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	61.604	66.724	(55.000)	73.328
Cimpor Reinsurance, S.A.	610	-	-	610
Cimpor Tec, S.A.	457	-	-	457
Kandmad, SGPS, Lda.	-	415	-	415
	<u>118.762</u>	<u>77.224</u>	<u>(145.248)</u>	<u>50.738</u>

Os ajustamentos de partes de capital relativos à Cimpor Inversiones incorporam indirectamente: (i) efeito da adopção das disposições do IAS 39 relativamente a contabilidade de cobertura e registo de instrumentos financeiros derivados; e, (ii) efeito da conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira.

A redução nos investimentos financeiros respeita à alienação de 85% do capital da Kandmad, SGPS, Lda., por 7.900 milhares de euros, na sequência do contrato de cessão de quotas, celebrado entre a Empresa e a Cimpor Portugal, SGPS, S.A. em 11 de Abril de 2007.

12. REAVLIAÇÃO DO ACTIVO IMOBILIZADO CORPÓREO

A Empresa procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

13. QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVLIAÇÕES

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e da correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 30 de Junho de 2007, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações (Nota 40)	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	359	2.050	2.409
Edifícios e outras construções	840	2.755	3.595
Equipamento básico	34	-	34
Equipamento de transporte	99	-	99
Equipamento administrativo	297	20	317
	<u>1.630</u>	<u>4.825</u>	<u>6.455</u>

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 294 milhares de euros (Nota 6).

16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 30 de Junho de 2007, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Empresas do grupo	Capital	Percentagem participação	Capital próprio	Resultado líquido	Activo bruto
Partes de capital em empresas do grupo:					
Cimpor Inversiones, S.A.	522.700.000	100	661.056	115.503	786.163
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	125.000.000	100	475.828	101.306	510.479
Cimpor Reinsurance, S.A.	1.225.000	95	13.941	1.003	9.491
Cimpor Financial Operations, B.V.	18.500	100	3.345	183	3.345
Cimpor Tec - Eng. e Serviços Téc. de Apoio ao Grupo, S.A.	50.000	100	912	196	886
Cement Services Company (EGP)	250.000	45	113	(66)	50
Cimpor Egypt For Cement (EGP)	2.468.919.536	-	298.940	17.798	5
					<u>1.310.419</u>
Títulos e outras aplicações financeiras:					
Companhia Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.					4.050
ICDS – Ind. Con. D. Services					41
Ambelis, S.A.					20
APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.					12
Nefele – Cª.Ind.Sienitos Nefelínicos, S.A.					1
Sociedade Algodoeira do Ambriz, S.A.					1
					<u>4.124</u>
Total de investimentos financeiros					<u>1.314.543</u>

Nota: O capital das empresas participadas está expresso nas moedas dos países respectivos.

O valor de balanço das partes de capital em empresas do Grupo corresponde à participação nos patrimónios das empresas indicadas, após os ajustamentos de uniformização de critérios valorimétricos, incluindo o valor líquido dos trespases gerados na aquisição.

Os principais saldos com empresas do grupo, em 30 de Junho de 2007, bem como as transacções efectuadas com as referidas empresas, no semestre findo naquela data, podem ser resumidos como segue:

	Saldos			Transacções				
	Empresas do grupo, saldos devedores	Fornecedores, conta corrente	Acréscimos e diferimentos	Empresas do grupo, saldos credores	Custos financeiros	Proveitos financeiros	Prestações de serviços	Proveitos suplementares
Betão Liz, S.A.	11	-	-	-	-	-	-	-
Cecisa - Comércio Internacional, S.A.	1	-	-	-	-	-	-	1
Cimpor - Indústria Cimentos, S.A.	26.613	-	7	261	-	1.136	2.325	-
Cimpor Betão -Indústria Betão Pronto, S.A.	6	-	-	-	-	-	-	-
Cimpor Finance Limited	41	-	-	-	-	-	-	-
Cimpor Imobiliária, S.A.	18	-	18	-	-	-	-	-
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	12	-	-	-	88	-	30	-
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	62.322	-	313	1.028	70	1
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	9	-	-	-	87	-	15	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	16.110	-	-	-	-	-	-	-
Cimpor - Serviços Apoio à Gestão Empresas, S.A.	118	327	-	-	-	-	-	258
Cimpor Tec, S.A.	-	-	-	60	-	-	-	-
Imopar, SARL	10	-	-	-	-	-	-	-
Jomatel - Emp. Mat. Construção, S.A.	32	-	-	-	-	-	-	-
Scanang Trading Activities, Espanã	2	-	-	-	-	-	-	-
Scanang SGPS, Unipessoal, Lda	4	-	-	-	-	-	-	4
	<u>42.986</u>	<u>327</u>	<u>62.347</u>	<u>321</u>	<u>487</u>	<u>2.164</u>	<u>2.440</u>	<u>264</u>

O saldo a receber da Cimpor Portugal, SGPS, S.A., corresponde ao IRC estimado a receber no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades (Nota 6).

O saldo a receber da Cimpor Indústria de Cimentos, S.A, inclui um valor de 25.000 milhares de euros, correspondente a apoio de tesouraria, o qual vence juros a taxas normais de mercado.

21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE AJUSTAMENTOS DO ACTIVO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Utilização	Reversão	Saldo final
Dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	3.895	(62)	(27)	3.806
Outros devedores/accionistas	611	-	-	611
	4.506	(62)	(27)	4.417

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2007, existiam dívidas de cobrança duvidosa de clientes e outros devedores, de 4.423 milhares de euros, as quais se encontravam ajustadas em 4.417 milhares de euros (Nota 21).

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 30 de Junho de 2007, o valor dos créditos sobre o pessoal ascendia a 225 milhares de euros relativos a abonos a regularizar, que incluem 91 milhares de euros de empréstimos concedidos. Os valores a pagar naquela data totalizavam 8 milhares de euros.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Pensões de reforma e assistência na doença

Conforme mencionado na Nota 3 d), algumas das empresas participadas mantêm com os seus empregados regimes complementares de reforma e de assistência na doença.

As responsabilidades inerentes aos mesmos encontram-se devidamente reflectidas nas respectivas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007, através da aplicação dos correspondentes normativos contabilísticos.

Decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, todos estes efeitos estão reflectidos nos resultados financeiros da Empresa e no valor dos seus investimentos financeiros.

Outros compromissos – investimentos e serviços

De referir a existência de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências, sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócios de Espanha (12.917 milhares de euros), do Egipto (9.378 milhares de euros) e de Portugal (8.268 milhares de euros).

Em 1 de Janeiro de 2004, foi celebrado um contrato de prestação de serviços entre a Empresa e a Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A., que tem por objecto a prestação de serviços nas áreas administrativa, financeira, contabilística e dos recursos humanos. Este contrato traduz-se num custo anual de 1.624 milhares de euros.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

Outros compromissos – cartas de conforto

A Empresa prestou cartas de conforto no âmbito de operações financeiras de empresas do Grupo, cujos valores em 30 de Junho de 2007 são como segue:

Cimpor Inversiones, S.A.	88.859
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	60.000
Corporacion Noroeste, S.A.	50.773
Cimpor Cimentos do Brasil, LTDA	9.194
Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	1.966
Amreyah Cement Company, S.A.E.	605
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	495
	<u>211.893</u>

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2007, a responsabilidade da Empresa por garantias bancárias prestadas totaliza 20.942 milhares de euros, as quais respeitam, essencialmente, a garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face às liquidações adicionais de impostos cuja responsabilidade está provisionada na rubrica de Provisões para contingências fiscais (Nota 34).

34. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reforço</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para impostos (Nota 6)	87.887	3.355	91.242
Outros riscos e encargos	<u>3.672</u>	<u>-</u>	<u>3.672</u>
	<u>91.558</u>	<u>3.355</u>	<u>94.913</u>

Os reforços das provisões para impostos cuja natureza é explicada na Nota 6, foram efectuados por contrapartida de:

Provisões	3.021
Imposto sobre o rendimento (Nota 6)	<u>334</u>
	<u>3.355</u>

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 30 de Junho de 2007, a Teixeira Duarte, SGPS, S.A., nos termos apresentados a seguir, constituiu-se como a única entidade com mais de 20% do capital subscrito:

Titulares de Participações Sociais Qualificadas (1)

Accionistas	Nº de acções	Percentagem do capital	Percentagem dos direitos de voto (2)
Teixeira Duarte, SGPS, S.A.	135.473.319	20,16	20,22
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	166.755	0,02	0,02
Através da sociedade, por si dominada, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	135.227.625	20,12	20,19
Por si	41.500.000	6,18	6,19
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	737.625	0,11	0,11
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	92.990.000	13,84	13,88
Através da sociedade por si integralmente dominada Tedal, SGPS, S.A.	67.205.000	10,00	10,03
Através da sociedade por si integralmente dominada TDCIM, SGPS, S.A.	25.785.000	3,84	3,85
Através dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, por si directamente participada directamente, TDG, SGPS, S.A.	78.939	0,01	0,01

(1) Conforme informações recebidas, designadamente para efeitos do artigo 447.º do CSC, e Comunicados de Participações Sociais Qualificadas enviados à sociedade até 30.06.2007.

(2) Considerando 2.097.092 acções próprias a 30.06.2007.

39. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

No semestre em análise, e em conformidade com o critério definido, procedeu-se à transferência para a rubrica “Resultados transitados” de 21 milhares de euros, correspondente aos bens alienados ou amortizados no semestre findo em 30 de Junho de 2007 (Nota 40).

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio, no semestre findo em 30 de Junho de 2007, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação dos resultados			Saldo final
		Aumentos	Transferências	Diminuições	
Capital	672.000	-	-	-	672.000
Acções próprias	(9.294)	-	3.739	(2.713)	(8.269)
Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo	210.914	-	77.224	146.569	434.707
Reservas de reavaliação (Nota 13)	1.853	-	-	(21)	1.832
Reserva legal	95.200	11.700	-	-	106.900
Outras reservas	174.174	-	648	(146.569)	28.253
Resultados transitados	(178.008)	74.520	-	21	(103.467)
Resultado líquido do período	233.171	(233.171)	116.104	-	116.104
	1.200.010	(146.951)	197.715	(2.713)	1.248.060

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

Ajustamentos de partes de capital:

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2007 correspondem a: (i) transferência de “Resultados transitados” para “Ajustamentos de partes de capital” dos resultados obtidos e não distribuídos pelas empresas participadas, cujos investimentos financeiros estão registados pelo método da equivalência patrimonial; (ii) ajustamentos ao valor dos investimentos financeiros decorrentes de variações patrimoniais nas empresas participadas não justificadas pelos respectivos resultados (Nota 10).

Aplicação de resultados:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 11 de Maio de 2007, o resultado líquido do exercício de 2006 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	144.480
Gratificações a empregados	3.000
Resultados transitados	73.991
Reserva legal	11.700
	<u>233.171</u>

Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 529 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

Acções próprias:

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registados em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 1.104.700 acções a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 4.386 milhares de euros, de que resultou um aumento, líquido de imposto, em “Outras reservas” de 648 milhares de euros.

Em 30 de Junho de 2007, a Cimpor detinha um total de 2.097.092 acções próprias.

43. ÓRGÃOS SOCIAIS - REMUNERAÇÕES

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais no semestre findo em 30 de Junho de 2007 foram como segue:

Conselho de Administração	865
Conselho Fiscal	23
	<u>888</u>

44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços no semestre findo em 30 de Junho de 2007 decorrem na totalidade dos contratos de prestação de serviços de administração e gestão celebrados com empresas participadas (Nota 16).

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 tinham a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados	9.097	9.922
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	29	717
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6	28
Outros custos e perdas financeiros	61	162
	<u>9.193</u>	<u>10.829</u>
Resultados financeiros	<u>119.781</u>	<u>108.267</u>
	<u><u>128.974</u></u>	<u><u>119.096</u></u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	10.181	9.908
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	118.791	109.181
Diferenças de câmbio favoráveis	2	7
	<u>128.974</u>	<u>119.096</u>
	<u><u>128.974</u></u>	<u><u>119.096</u></u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 tinham a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custos e perdas:		
Donativos	56	61
Outros custos e perdas extraordinários	160	133
	<u>216</u>	<u>195</u>
Resultados extraordinários	<u>427</u>	<u>(152)</u>
	<u><u>643</u></u>	<u><u>43</u></u>
Proveitos e ganhos:		
Recuperação de dívidas	10	15
Ganhos em imobilizações	606	-
Outros proveitos e ganhos extraordinários	28	28
	<u>643</u>	<u>43</u>
	<u><u>643</u></u>	<u><u>43</u></u>

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2007, os saldos com estas entidades eram como segue:

	<u>Saldos devedores</u>	<u>Saldos credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1.333	13.375
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	32	162
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	102
Contribuições para a Segurança Social	-	98
	<u>1.365</u>	<u>13.738</u>

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2007, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos

Outros	<u>70</u>
--------	-----------

Custos diferidos

Instrumentos financeiros derivados (Nota 51)	62.252
Seguros	155
Outros	169
	<u>62.575</u>

Acréscimos de custos

Instrumentos financeiros derivados (Notas 16 e 51)	62.252
Remunerações a liquidar	729
Juros a liquidar	6
Outros	112
	<u>63.098</u>

50. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos, em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, podem ser apresentados como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	-	5.000
Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	5.000	21.782
	<u>5.000</u>	<u>26.782</u>

O financiamento classificado a curto prazo em 30 de Junho de 2007 vence juros e taxas de mercado e será amortizado na totalidade em 2008.

51. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo Cimpor, a Empresa procede à contratação de um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, a que se encontra exposta através da sua participada CIMPOR Inversiones.

Para o efeito, a Empresa e a Cimpor Inversiones assinaram um contrato ISDA (International Swaps and Derivatives Association), que regula as operações de instrumentos derivados efectuadas. As posições de cobertura existentes entre a Empresa e as contrapartes formais (instituições financeiras) são replicadas com a Cimpor Inversiones, passando esta a ser a detentora de direitos e obrigações em relação às posições contratadas. Por este meio são registados activos/passivos, que são mero reflexo das posições simétricas na Cimpor Inversiones.

A Empresa procede à contratação deste tipo de instrumentos, após analisar os riscos que afectam a carteira de activos e passivos do Grupo e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos cash-flows previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, é efectuado em observância às disposições da IAS 39.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são efectivos no que respeita ao efeito de anulação das variações de justo valor ou "cash-flows" dos activos/passivos subjacentes. A efectividade de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange dois tipos de operações:

- Coberturas de justo valor;
- Coberturas de cash-flow;

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem os riscos de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos são registadas na demonstração de resultados. O activo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respectivas variações registadas na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de "cash-flows" são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio de compras ou vendas futuras de determinados activos e também os "cash-flows" associados ao risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de "cash-flows" é reconhecida em capitais próprios na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial e coberturas", enquanto a parte não efectiva é imediatamente registada na demonstração de resultados.

Instrumentos detidos para negociação (trading) são instrumentos financeiros derivados que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadrados em termos de contabilidade de cobertura, ou porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não são efectivos do ponto de vista da cobertura de acordo com o estabelecido na IAS 39.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados na Cimpor Holding é o seguinte:

	2007	2006
Coberturas de cash-flow		
Swaps de taxa de juro	-	-
Trading		
Derivados de taxa de juro	62.252	55.627
	<u>62.252</u>	<u>55.627</u>

52. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 11 de Maio de 2007, foram aprovados pelos accionistas um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

A atribuição da qualidade de beneficiários do *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros, em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

No *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*, a atribuição da qualidade de beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, sendo-lhes concedido o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas), ao mesmo preço.

As opções exercidas e as acções adquiridas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, relativamente a estes Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

PLANO	Nº acções	V. Unitário	Data
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2004	249.500	3,20	14 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2005	272.970	3,30	14 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2006	214.830	4,05	14 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - série 2007	238.750	4,90	25 de Maio
Aquisição de Acções pelos colaboradores – ano 2007	128.650	5,03	17 de Maio
	<u>1.104.700</u>		

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

54. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos mais relevantes ocorridos após 30 de Junho de 2007 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão sobre a Actividade Consolidada.

55. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS
55.1 – Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais

De acordo com o prescrito no nº 5 do Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, com as acções pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Accionistas	Acções	N.º Títulos 31-12-06	N.º Títulos 30-06-07	Movimentos em 2007			Data
				Aquisições	Alienações	P.U.	
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	102.380		1.980		5,03	17-Mai-07
			104.360				
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	3.100		340		5,03	17-Mai-07
			3.440				
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	2.600		340		5,03	17-Mai-07
			2.940				
Jean Carlos Angulo (Engº)	Cimpor	2.500		990		5,03	17-Mai-07
			3.490				
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Engº)	Cimpor	124.000		34.000		3,20	14-Mar-07
				40.000		3,30	14-Mar-07
				40.000		4,05	14-Mar-07
				1.780	91.500	6,25	28-Mar-07
				40.000		5,03	17-Mai-07
						4,90	25-Mai-07
			155.780		32.500	7,10	29-Mai-07
Luis Filipe Sequeira Martins (Engº)	Cimpor	94.020		27.000		3,20	14-Mar-07
				31.000		3,30	14-Mar-07
					12.394	6,68	16-Abr-07
					1.570	6,67	16-Abr-07
					6.036	6,66	16-Abr-07
				1.680		5,03	17-Mai-07
				20.000		4,90	25-Mai-07
			130.000		23.700	7,15	30-Mai-07
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	236.420		27.000		3,20	14-Mar-07
				31.000		3,30	14-Mar-07
				25.000		4,05	14-Mar-07
				1.680		5,03	17-Mai-07
				25.000		4,90	25-Mai-07
			330.600		15.500	7,38	04-Jun-07
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	Cimpor	379.140		40.000		3,20	14-Mar-07
				44.000		3,30	14-Mar-07
				40.000		4,05	14-Mar-07
				1.830		5,03	17-Mai-07
			554.970	50.000		4,90	25-Mai-07
Vicente Arias Mosquera (Dr.)	Cimpor	1.480		340		5,03	17-Mai-07
			1.820				
José Manuel Baptista Fino (Sr.)	Cimpor	330		340		5,03	17-Mai-07
			670				
José Enrique Freire Arteta (Dr.)	Cimpor	410		340		5,03	17-Mai-07
			750				

Artº. 447º, nº2, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais

Aquisições e Alienações de Títulos:

	Nº. Títulos 31-12-2006	Nº. Títulos 30-06-07	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. (1)	42.500.000					
				44.300	6,18	26-Jan-07
				55.700	6,18	29-Jan-07
				50.000	6,20	30-Jan-07
				50.000	6,24	31-Jan-07
				50.000	6,28	1-Fev-07
				50.000	6,30	2-Fev-07
				50.000	6,29	5-Fev-07
				50.000	6,32	6-Fev-07
				50.000	6,43	13-Fev-07
				50.000	6,41	14-Fev-07
				60.702	6,09	20-Mar-07
				139.298	6,16	21-Mar-07
				50.000	6,30	22-Mar-07
				50.000	6,32	23-Mar-07
				7.500	6,30	29-Mar-07
				17.500	6,30	2-Abr-07
				37.359	6,33	2-Abr-07
				12.641	6,35	4-Abr-07
				42.500	6,40	4-Abr-07
				17.500	6,43	5-Abr-07
				65.000	7,43	11-Abr-07
		41.500.000				
Atlansider, SGPS, S.A. (2)	19.632.290					
			110.000		5,90	5-Mar-07
			23.076		5,97	6-Mar-07
			34.331		6,00	14-Mar-07
			30.000		6,00	15-Mar-07
			56.718		6,00	16-Mar-07
		19.886.415				
Megasa - Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (3)	312.000					
		312.000				
Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	127.825.000					
		127.825.000				
Caxalp, SGPS, Lda. (5)	362.000					
			91.500		6,25	29-Mar-2007
			32.500		6,90	24-Mai-2007
				50.000	7,35	4-Jun-2007
			10.000		6,95	6-Jun-2007
			10.000		6,94	6-Jun-2007
			10.000		6,93	6-Jun-2007
			10.000		6,91	7-Jun-2007
			10.000		6,90	7-Jun-2007
		486.000				

Onerações e Liberações de Títulos:

	Nº. Títulos 31-12-2006	Nº. Títulos 30-06-07
Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. (1)	33.042.230	33.042.230
Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.(4)	125.282.000	125.282.000

Notas:

- (1) Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Dr.), como membro do Conselho de Administração.
- (2) Ricardo Bayão Horta (Prof.), e José Enrique Freire Arteta (Dr.), como membros do Conselho de Administração.
- (3) José Enrique Freire Arteta (Dr.), como Gerente.
- (4) José Manuel Baptista Fino, como membro do Conselho de Administração.
- (5) Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.), como Sócio Gerente.